

Serviço de Patrimônio: balanço

Desde a criação do INCA, há mais de 70 anos, o Serviço de Patrimônio do Instituto já passou por inúmeras mudanças e reestruturações. A última delas começou em novembro de 2003, quando Luiz Alberto Ladezenski assumiu a chefia do setor. "A primeira ação foi verificar os pontos fracos do Serviço, o que estava errado e precisava ser melhorado", conta Ladezenski. "Criamos grupos de trabalho para identificar e resolver os problemas. A ideia deu tão certo que alguns deles se tornaram permanentes", lembra.

Outra iniciativa colocada em prática desde então é a atualização periódica do Manual de Procedimentos. O documento, lançado em 1997 durante a primeira gestão de Ladezenski, é reeditado anualmente desde 2005. Além da versão impressa, o Manual

passou a ficar disponível na Intranet do INCA e pode ser consultado até na biblioteca do Ministério da Saúde.

A novidade marcou o início de uma nova era no Serviço de Patrimônio, que até hoje mantém parcerias com diversas áreas do Instituto para divulgar suas ações. "Duas delas são constantes: a Divisão de Comunicação sempre nos ajuda a promover campanhas de conscientização, enquanto a Tecnologia da Informação automatiza cada vez mais o Serviço", afirma Ladezenski. "O INCA é o primeiro hospital federal no Rio de Janeiro a contar com a movimentação eletrônica, recurso no qual se preenche um formulário na Intranet para movimentar materiais e equipamentos. Além de agilizar o trabalho, este dispositivo reduz os gastos com papel e via carbonada", completa. **i**

O INCA possui hoje 60 mil itens, entre equipamentos e bens móveis, como computadores e mesas etc. Para controlar e organizar a distribuição de cada um deles, é fundamental que todos possuam a placa de patrimônio. "Uma única cadeira sem essa placa pode ser responsável por um resultado negativo em uma auditoria, por exemplo. Afinal, sem a identificação não se tem como saber se o bem é do INCA ou de outra instituição, nem quem é o responsável por ele", explica Luiz Alberto.

Programa Diagnóstico Precoce quer capacitar mais profissionais

Um novo edital, lançado no fim de abril, visa ampliar as atividades do Programa Diagnóstico Precoce, desenvolvido pelo Instituto Ronald McDonald (IRM). Este será o segundo ano do programa, que tem capacitado os profissionais da atenção básica – porta de entrada do Sistema Único de Saúde – a identificar os sintomas e encaminhar corretamente os casos de suspeita do câncer infanto-juvenil. O objetivo é

melhorar o fluxo de atendimento do câncer na infância e na adolescência para reduzir o tempo entre o surgimento dos sinais da doença e o início do tratamento, o que garante melhores resultados e maiores chances de cura.

Durante o evento foi apresentado o portal Serviço de Auxílio Especialista (<http://irmauxilioespecialista.inca.gov.br>), elaborado em parceria com as divisões de Tecnologia da Informação e Apoio à Rede de Atenção Oncológica do INCA. Esta será mais uma ferramenta de comunicação para que os profissionais capacitados da

atenção básica tirem suas dúvidas ou consultem a opinião de especialistas em câncer infanto-juvenil disponibilizados pela Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (SOBOPE) em regime de plantão. **i**



O diretor-geral do INCA, Luiz Antonio Santini, participou do evento

HC I tem nova Comissão de Ética Médica

Foi empossada, em abril, a nova Comissão de Ética Médica do HC I, presidida pelo chefe da Seção de Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Fernando Dias. A cerimônia foi realizada no auditório do Conselho Regional de Medicina.

A Comissão é um importante recurso de controle e avaliação constante da qualidade do atendimento prestado no hospital. Com a função de fiscalizar o desempenho da atividade médica dentro do HC I, a Comissão de Ética Médica da unidade se encontra a cada dois meses ou sempre que houver necessidade. Além disso, um re-

presentante do comitê do INCA se reúne mensalmente, no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ), com os integrantes de outros conselhos de ética.

Criada para representar o CREMERJ dentro do Instituto, a Comissão de Ética Médica pode interferir na qualidade das condições de trabalho e da assistência médica, sugerindo as modificações necessárias. O grupo pode, também, comunicar às instâncias superiores (incluindo o próprio CREMERJ) caso haja alguma ocorrência que não esteja de acordo com a ética médica. **i**